

MEMÓRIAS DE INFÂNCIAS DISSIDENTES COMO RESISTÊNCIAS AO BINARISMO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Jéssica Matos Cardoso

*Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Rondonópolis/
UFR. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da
UFR (PPGEdu), jessicamatos19@hotmail.com;*

Raquel Gonçalves Salgado

*Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de
Janeiro/PUC-Rio. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação
em Educação e do Curso de Psicologia da Universidade Federal de
Rondonópolis/UFR, ramidan@terra.com.br.*

Resumo

Como o mundo se apresenta para as meninas, por meio dos diversos discursos e práticas sociais, desde o nascimento? O que lhes é ensinado sobre afetos, sensações e formas de existir em relação aos seus corpos, gêneros e sexualidades? Desde o nascimento, os corpos são interpelados por construções sociais que impõem modelos universais de ser, estar, viver, desejar e amar. Desse modo, os gêneros e as sexualidades são reiteradamente ensinados, sugeridos e promovidos. Desta maneira, a cisheteronormatividade institui-se como “natural” e “referência” a partir de um processo de pedagogização e normalização de determinadas regras de existência, produzindo e viabilizando exclusões e violências. Partindo desse pressuposto, apoiamos-nos na análise das narrativas de memórias de infância dissidentes, a partir da coletânea *Chonguitas: masculinidades de niñas*, a qual reúne narrativas de mulheres lésbicas, heterossexuais e heterossexuais não ortodoxas, de países como Chile, Peru, México, Argentina e Espanha. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender, a partir de referencial teórico-metodológico vinculado à epistemologia dos estudos feministas e dos estudos *queer*,

como a infância se configura como um tempo de interdição dos sentidos e das experiências com o corpo, com a sexualidade e com o gênero, no espaço familiar. Por fim, entendemos que as narrativas de memórias de infância podem se apresentar como transgressões e resistências ao binarismo da cisgeneridade, das fronteiras da heteronorma e dos dualismos homem/mulher e masculino/feminino, que cerceiam e impedem o trânsito livre entre as possibilidades do ser/estar, do desejar e do sentir.

Palavras-chave: Infância, Gênero, Sexualidade, Memórias, Dissidências.

Introdução

Quando falamos em experiências e sensações na infância, em relação ao corpo e ao prazer e as formas de ser/estar no mundo atravessadas pelo gênero e a sexualidade, quais lembranças você conseguiria narrar? Quando você se percebeu “convocado(a)” a reproduzir uma norma de gênero?

Desde muito cedo, meninos e meninas são chamados(as) a reproduzir comportamentos e práticas correspondentes à nomeação/expectativa de gênero que lhes foi imposta antes mesmo do nascimento. Dessa forma, é exigido que os corpos infantis performem o gênero que lhes foi atribuído, quando, em um exame de ultrassom, a partir da identificação das genitálias, é afirmado: “é menino” ou “é menina”.

A autora Judith Butler (2008; 2018) nomeia essa produção discursiva sobre os modos de corporificação e representação das normas de gênero como performatividade, ou seja, tais discursos produzem efeitos materiais no campo social, gerando, assim, corpos inteligíveis e corpos ininteligíveis. Conforme a autora:

[...] se a linguagem age sobre nós antes de agirmos, e continua a agir a cada instante em que agimos, então temos que pensar sobre a performatividade de gênero primeiro como uma “atribuição de gênero” – todas as formas em que somos, por assim dizer, chamados por um nome e generificados antes de entendermos qualquer coisa sobre como as normas de gênero agem sobre nós e nos moldam e antes de termos a capacidade de reproduzir essas normas de maneira que possamos escolher. A escolha, na verdade, chega tarde nesse processo de performatividade. (BUTLER, 2018, p. 44-45)

Os corpos infantis, então, são produzidos em um cenário de intensas disputas entre as mais diversas instituições, discursos, saberes e práticas regulatórias, sendo os gêneros e as sexualidades instâncias privilegiadas de vigilância e controle, como também de investimento (LOURO, 2000). Desse modo, as várias formas de vivenciar as masculinidades e as feminilidades são reiteradamente ensinadas, sugeridas e promovidas. Guacira Lopes Louro (2008) aponta:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (p. 18)

Nesse sentido, Guacira Louro (2000) chama atenção para pensarmos os sujeitos como produtos das diversas tecnologias de governo e disciplinamento dos corpos, as quais instituem comportamentos, práticas, desejos, afetos e prazeres diferentes para homens e mulheres (LOURO, 2000), o que implica dizer que as múltiplas maneiras de se fazer/ser homem ou mulher na cultura não advêm de um processo puramente natural ou biológico.

Há, então, o investimento constante de inúmeras instituições sociais, as quais promovem aprendizados e práticas a serem reproduzidas e reiteradas pelos sujeitos, de acordo com uma matriz de inteligibilidade cultural, a qual impõe e mantém regras de linearidade e coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, qualificando, portanto, vidas enquanto possíveis e também aquelas vidas cuja materialidade não é reconhecida (BUTLER, 2018) em um sistema cisgênero e heteronormativo das existências. Judith Butler (2000) afirma:

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. (BUTLER, 2000, p. 4)

Assim, os corpos só ganham legitimidade e reconhecimento social, quando estes são lidos enquanto possíveis e “coerentes” em um estatuto de “pessoa”, por meio de normas de inteligibilidade construídas e mantidas socialmente (BUTLER, 2008).

Nesse contexto, a cisheteronormatividade produz-se como “normal”, enquanto todas as existências que fogem a essa lógica são tidas como “anormais”, a partir de um processo de naturalização de determinadas vidas e pedagogização de corpos inteligíveis, o que viabiliza, em última instância, violências e mortes (LOURO, 2000).

A normalização de alguns corpos em detrimento de outros faz com que certas performatividades sejam despercebidas e não questionadas, porque são entendidas como “naturais”, ao passo que todas as outras existências sejam incessantemente marcadas como abjetas, patologizadas e questionadas. Dessa forma, é no campo social que os sujeitos são significados, marcados e classificados em estatutos que definem quais vidas contam ou não como reais (BUTLER, 2002; 2015; 2018).

Ao se referir a esse sistema educativo e social, em que são produzidas e naturalizadas as existências, Paul Beatriz Preciado (2013) argumenta que os(as) pais e mães, em um primeiro momento, são os(as) responsáveis pela regulação e inculcação das normas de gênero e sexualidade nas crianças, a fim de garantir a manutenção da cisheteronormatividade. Assim, desde a mais tenra idade, meninos e meninas são educados(as) para seguirem, por toda a vida, *scripts* de gênero determinados a partir do sexo dos seus corpos.

Mas há, no entanto, corpos infantis que fogem à essas normas e todos os investimentos das pedagogias cisgêneras e heteronormativas, bagunçando assim, os regimes de inteligibilidade e subvertendo as fronteiras dicotômicas dos gêneros e sexualidades. Tomemos como exemplo as produções cinematográficas *Ma vie en rose* (Minha vida em cor de rosa, 1997)¹ e *Tomboy* (2011)², que lançam problematizações sobre subjetividades dissidentes na infância, a partir de protagonistas infantis que provocam ruídos no sistema sexo/gênero (RUBIN, 1993); como também a página *Criança Viada*³, criada pelo jornalista Iran Giusti, que traz fotos de crianças que apresentam corporalidades desviantes aos ditames da heteronormatividade.

1 MINHA VIDA em cor-de-rosa. Direção: Alain Berliner. Produção: Carole Scotta. França/Bélgica/Reino Unido: Haut & Court Production, 1997. (88 min). Título Original: *Ma vie en rose*. Disponível em <https://www.imdb.com/title/tt0119590/?ref_=nv_sr_2>. Acesso em: 02 abr. 2021.

2 TOMBOY. Direção: Céline Sciamma. França: 2011. (82 min). Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt1847731/?ref_=nv_sr_2>. Acesso em: 02 abr. 2021.

3 O Tumblr Criança Viada foi criado em 2012 e pensado, inicialmente, para publicar fotos de infância do jornalista Iran Giusti e de amigos(as), porém a página viralizou, passando a receber inúmeras fotos de pessoas que também enxergavam suas infâncias como viadas. Disponível em: <<http://criancaviada.tumblr.com/>>. Acesso em 02 abr. 2021.

Partindo desse cenário, mobilizamo-nos a discutir, a partir de narrativas de memórias de infância, reunidas na coletânea *Chonguitas: masculinidades de niñas* (2013), subjetividades dissidentes e artes de existências dissonantes ao ideário de infância (BURMAN, 2009) e à heterossexualidade compulsória (WITTIG, 2006). Para isso, apoiamos na análise do contexto familiar, entendendo-o como a primeira instância de interdição da expressão dos prazeres e desejos e da regulação dos corpos infantis em estatutos binários e dicotômicos de gênero e sexualidade.

Metodologia

As análises propostas neste trabalho versam sobre a produção de subjetividades dissidentes em narrativas de memórias de infância, apresentadas na coletânea *Chonguitas: masculinidades de niñas* (2013), com o objetivo de interrogar e por em xeque os regimes de gestão e regulação da vida, notadamente a cisheteronormatividade, bem como expor possibilidades outras de experienciar os corpos, desejos, prazeres e afetos de forma possível e plural.

Chonguitas: masculinidades de niñas (2013), organizada por valeria flores e fabi tron, uma coletânea composta por 44 narrativas de infância de mulheres lésbicas, heterossexuais e heterossexuais não ortodoxas, de países como Chile, Peru, México, Argentina e Espanha, que se mobiliza a expor vivências na infância atravessadas por expressões masculinas em corpos de meninas. As participantes da coletânea apresentam idades entre 22 a 55 anos, tendo a maioria delas 30 a 39 anos de idade. Para que pudessem participar, elas enviaram uma foto e um breve texto sobre as suas experiências de infância que subvertem as noções de feminilidade vigentes.

Compreendendo as narrativas de memórias de infância dissidentes como potentes problematizadores das noções estanques de gênero e sexualidade e da ordem teleológica e adultocêntrica da vida, apostamos em uma perspectiva teórica-metodológica dos Estudos *Queer* e estudos feministas que instrumentaliza-nos a lançar problematizações sobre os discursos e verdades cristalizadas que atravessam os corpos dos sujeitos.

É importante ressaltar que as memórias de infância são compreendidas, neste trabalho, não enquanto descrição linear dos fatos, mas como inquietações éticas e políticas do presente sobre o passado, a

fim de salvá-lo do esquecimento (BENJAMIN, 1987; GAGNEBIN, 2013; ALEXANDRE; SALGADO, 2019).

Dessa forma, a discussão abordará o agenciamento de temáticas análogas, tais como gênero, sexualidade, infância e dissidências, apoiadas no encontro entre teoria e trechos das narrativas de memórias de infância encontradas em *Chonguitas: masculinidades de niñas* (2013). Assim, as análises centram-se na problematização das interdições, enfrentamentos, resistências e jogos de poder vivenciados por meninas no ambiente familiar, no que diz respeito a livre expressão dos seus corpos e existências não-normativas.

Resultados e discussão

Iniciamos a discussão teórico-metodológica propondo algumas reflexões: é autorizado a uma criança dizer sobre si? Por que os adultos estão sempre falando pelas crianças? Estamos prontos (os adultos) para ouvir das crianças o que elas queiram contar? Como efetivamente ouvir o que elas têm a falar? (COHN, 2013).

Preciado (2013) argumenta que à uma criança sempre é negado o direito sobre o próprio corpo e o uso livre dos seus desejos. Assim, desde o berço as crianças são vigiadas pelas normas de gênero, por meio de dispositivos pedagógicos, para que essas se tornem heterossexuais e correspondam a modelos universais de feminilidade e masculinidade, pois “a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto.” (PRECIADO, 2013, p. 98).

Una tarde, cuando el sol iba guardándose, mientras corríamos y gritábamos entre los juegos, ella nos mandó llamar. Cuando llegamos extendió su dedo, me señaló y dijo: “Es tiempo de que dejes de jugar y que vengas a lavar la ropa de Víctor (mi primo)”. A mis hermanas las mandó a lavar los trastes y a limpiar la casa, pero a los hombres les permitió seguir jugando o ver la televisión. A mis seis años entendí qué era ser mujer.⁴ (SILVA, 2013, p. 142)

4 Uma tarde, quando o sol estava se pondo, enquanto corríamos e gritávamos entre os jogos, ela mandou nos chamar. Quando chegamos ela estendeu o dedo, apontou para mim e disse: “Está na hora de você parar de jogar e vir lavar a roupa do Víctor (meu primo).” As minhas irmãs, ela mandou lavar a louça e limpar a casa, mas permitiu que

Nesse contexto, os gêneros e as sexualidades das crianças estão em constante vigia e controle, afim de adequar os corpos aos regimes inteligíveis, como também de punir qualquer desvio. A ideia ficcional de uma criança inocente e despossuída de sexualidade, institui-se como um modelo a ser imposto pelos adultos e um ideal a ser seguido pelas crianças, ancorado em uma narrativa de desenvolvimento e progresso (BURMAN, 2009; SCHÉRER, 2009).

A ideia de um gênero, um corpo e uma sexualidade coerente e inteligível está atrelada a um modelo hegemônico, cisgênero e heteronormativo que abarca as existências de forma essencializada, dicotômica e binária, pautada em uma linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2000; 2002) e, portanto, mulheres devem ter vaginas, se identificarem com a feminilidade e se relacionarem com homens. Yessica Cabrera e Andrea Achilli (2013) revelam em suas narrativas de infância que, por muitas vezes, tiveram que usar vestidos rosas, laços e maquiagens, nas tentativas de suas famílias de aproximá-las daquilo que é esperado de uma menina.

Tomemos também como exemplo os jogos e brincadeiras em que é possível perceber a distinção dos elementos e espaços socialmente estabelecidos para os meninos e para as meninas. Sendo o futebol um espaço associado a masculinidade e um contexto de validação masculina (DUNNING, 1997; FURLAN, SANTOS, 2008), esse tornou-se propriedade dos meninos e, simultaneamente inapropriado para as meninas.

La primera presión vino directamente de la católica familia de mi padre. Un día mi viejo me comenta que su hermana estaba “preocupada” por mi insistencia con el fútbol, “¿y cómo que se lleva la pelota de fútbol a la escuela todos los días?” le preguntó asustada, y mi viejo dice que le contestó que era chica y que podía jugar a lo que quiera, que no había nada de malo en ello, pero luego se aseguró “porque vos no vas a jugar al fútbol cuando seas grande, ¿no?”⁵ (MORAN, 2013, p. 157)

os homens continuassem jogando ou assistir a televisão. Aos meus seis anos entendi o que era ser mulher (tradução nossa).

- 5 A primeira pressão veio diretamente da família católica do meu pai. Um dia, meu velho me disse que sua irmã estava “preocupada” com minha insistência com o futebol, “e como leva a bola de futebol para a escola todos os dias?” lhe perguntou assustada, e

Encontramos em Guacira Louro (2000) que as produções discursivas constroem marcas de gênero nos sujeitos, constituindo modos de ser e estar no mundo. Mas, para que tais produções ganhem materialidade, é necessário um investimento contínuo de instâncias sociais (LOURO, 2000), dentre elas, a família, e a reiteração de certas normas de inteligibilidade (BUTLER, 2018). Os corpos, porém, escapam e resistem.

É indispensável admitir, ainda, que o sujeito não é um mero receptor de pedagogias exteriores a ele, mas sim que ele participa, ativamente, deste empreendimento. [...] Os sujeitos não somente respondem, resistem e reagem, como também intervêm em seus próprios corpos para inscrever-lhes, decididamente, suas próprias marcas e códigos identitários e, por vezes, para escapar ou confundir normas estabelecidas. (LOURO, 2003, p. 3)

Se, em primeiro momento, os sujeitos se veem obrigados a reproduzir as normas de gênero e sexualidade, essas, no entanto, podem “falhar”, pois como afirma Butler (2015; 2017), os corpos são produzidos em um regime de sujeição paradoxal, onde atos subversivos podem surgir nos processos normativos de dominação dos sujeitos. Em outros estudos a autora comenta:

Embora as normas de gênero nos precedam e atuem sobre nós (esse é um dos sentidos da sua representação), somos obrigados a reproduzi-las, e quando de fato começamos, sempre involuntariamente, a reproduzi-las, alguma coisa sempre pode dar errado (e esse é um segundo sentido da sua representação). E ainda, no curso dessa reprodução, parte da fraqueza da norma é revelada, ou outro conjunto de convenções culturais intervêm para produzir confusão ou conflito dentro de um campo de normas, ou, no meio da nossa representação, outro desejo começa a governar, e formas de resistência se desenvolvem, alguma coisa nova acontece, não precisamente o que foi planejado. (BUTLER, 2018, p. 26)

meu velho disse que respondeu que eu era menina e que podia jogar o que quisesse, que não tinha nada de errado com isso, mas logo se certificou “porque você não vai jogar futebol quando estiver grande, né?” (tradução nossa).

É isso que aparece na narrativa de Evelyn Sotomayor (2013), a resistência nos momentos em que era levada pela mãe ao corredor onde se encontravam os brinquedos de meninas; e na narrativa de María Luisa Peralta (2013), os enfrentamentos ao pedir, em datas comemorativas, presentes considerados “masculinos”. Entendemos esses atos de resistência como possibilidades éticas, estéticas e políticas de existência de corpos dissidentes, que questionam sua precariedade e que causam ruídos e deslocamentos nas políticas de governo e gestão da vida (BUTLER, 2013; FOUCAULT, 2014).

Desse modo, debruçamo-nos sobre as narrativas de memórias, entendendo-as como uma crítica ao apagamento das infâncias abjetas, monstruosas, viadas, *chongas* e de seus rastros na história, em detrimento de um ideário de desenvolvimento e de uma lógica inteligível de existência. Trata-se, como aponta Jeanne Marie Gagnebin (2013), “[...] da retomada salvadora pela palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento.” (p. 2)

Considerações finais

Pretendemos que as provocações suscitadas neste trabalho devam em outras indagações sobre as temáticas apresentadas, por isso, não esperamos que as perguntas levantadas se sufoquem em respostas estanques, mas que levem a interrogações e potencialidades outras.

Este trabalho busca lançar problematizações que expõem as produções discursivas em torno dos corpos, ancoradas em uma perspectiva cisgênera e heteronormativa, no que diz respeito às programações de gênero e sexualidade na infância. É importante destacar, no entanto, que a materialidade dos corpos não é negada, o que se propõe, ao contrário, é pensar como os corpos ganham sentidos e são significados nas diferentes culturas e nos diversos momentos históricos. Dessa forma, é necessário refletir como as instâncias sociais produzem distintas pedagogias que, ao passo que instituem formas de ser/estar, fazem emergir hierarquias, desigualdades, exclusões e violências.

Assim, em um regime binário, dicotômico e inteligível das existências, em que as pedagogias de gestão dos corpos regulam e produzem vidas “aceitas” em oposição a vidas abjetas, as crianças dissidentes emergem em um contexto de (re)produção de corporalidades inteligíveis, de insurgências singulares e de composições híbridas de existir.

Por fim, entendemos que as existências que destoam das programações de gênero e sexualidade que lhes são imputadas provocam ressonâncias nas políticas vigentes, rompem os dualismos e colocam em xeque as fronteiras da cisheteronormatividade, expondo a pluralidade da vida, a multiplicidade dos corpos e a fluidez das díades masculino e feminino.

Referências

ACHILLI, Andrea. La rabiosa. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas: masculinidades de niñas**. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 14-17, 2013.

ALEXANDRE, Bruno do Prado; SALGADO, Raquel Gonçalves. Memórias de infância na escola pelo avesso do tracejado das normativas de gênero, sexualidade e desenvolvimento. **Série-Estudos**, v. 24, n. 52, p. 31-47, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1987.

BURMAN, Erica. Desenvolvimento desejado? Contribuições psicanalíticas para o antidesenvolvimento psicológico. São Paulo: **A peste-Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia**, v. 1, n. 2, p. 269-294, 2009.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **O que é a crítica?: Um ensaio sobre a virtude de Foucault**. Trad. Gustavo Hessmann Dalaqua. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política, n. 22. São Paulo: Departamento de Filosofia – USP, p. 159-179, 2013.

_____. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. [Entrevista cedida a] Baukje Prins e Irene Costera Meijer. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CABRERA, Yessica. Fútbol, piñas y barro. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 34-37, 2013.

COHN, Clarice. **Concepções de infância e infâncias:** um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. Porto Alegre: Civitas, v. 13 n. 2, p. 221-244, 2013.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. **As relações entre os sexos no esporte.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 5, n. 2, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12151/11421>. Acesso em: 02 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2:** o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FURLAN, Cássia Cristina; SANTOS, Patrícia Lessa dos. **Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas:** reflexões acerca da invisibilidade. Florianópolis: Motrivivência, ano 20, n. 30, p. 28-43, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade:** pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2, 2008.

_____. **Corpos que escapam.** Brasília: Revista Labrys – Estudos feministas, 2003.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MORAN, Marina. La futbolera. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 155-158, 2013.

PERALTA, María Luisa. Libros, sapos y amistad: también las niñas resisten al patriarcado. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 164-168, 2013.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Quem defende a criança queer?** Trad. Fernanda Nogueira. 2013.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres:** notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCHÉRER, René. **Infantis.** Charles Fourier e a infância para além das crianças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOTOMAYOR, Evelyn. Foto de estúdio. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 18-19, 2013.

SILVA, Ivonne Yesenia Vite. La Experiencia Lesbiana. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 141-146, 2013.

TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, 2013.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos.** Barcelona, Madrid: Editorial Egales, 2006.